

O debate econômico desandou

Rogério L. Furquim Werneck*

Já não há como ter ilusões. O debate que norteia a condução da política econômica no País desandou de vez. Já não há compromisso com a sensatez, nem busca persistente de racionalidade e coerência. O que se vive é um clima de vale-tudo em que, sem qualquer sinal de constrangimento, membros do governo, parlamentares bem-posicionados e líderes empresariais se permitem defender, à luz do dia, propostas completamente estapafúrdias, ao sabor da improvisação, do oportunismo e da irresponsabilidade.

Nem sempre foi assim. Basta ter em mente três momentos distintos da história recente do País: o segundo mandato de FHC, a parte inicial do primeiro mandato de Lula e o governo Temer. Em cada um desses períodos havia uma equipe econômica de alto nível, com respaldo inequívoco do presidente da República, apta a formular e manter um discurso claro e coerente, capaz de pautar não só o resto do governo como a bancada governista no Congresso. Não é que não tenha havido incidentes nesses três períodos. Claro que houve, e muitos. Mas a impressão que se tinha é de que o debate permanecia quase todo o tempo nos trilhos.

Talvez não seja uma coincidência que os três períodos mencionados tenham sido precedidos de situações críticas bastante sérias, que deram lugar a governos vacinados, pelo menos, temporariamente, contra a improvisação na condução da política econômica: a crise cambial do início de 1999, a crise de confiança de 2002 e o descalabro deixado por Dilma Rousseff, em 2016. FHC, Lula e Temer – cada um a seu modo – tinham tido visões aterradoras do abismo.

Num país de memória tão curta, já estamos de volta às estripulias à beira do despenhadeiro. A equipe econômica já não conta com o mesmo apoio que teve de início. E já não consegue manter narrativa estruturada que possa pautar o discurso do resto do governo ou da bancada governista no Congresso. Muito pelo contrário, o que se vê é o vale-tudo de uma cacofonia de disparates desconexos, que o País, atônito, sequer consegue acompanhar.

Não há aqui espaço para explorar em detalhe o que há de pior nesse festival de despropósitos. Mas não se pode deixar de mencionar as propostas irresponsáveis de alteração da já irresponsável PEC dos Precatórios, para torná-la passível de ser aprovada no Senado.

Não obstante o calote escancarado de dívida pública e a desmoralização do teto de gastos que a PEC inegavelmente impõe, não falta agora quem, mais uma vez, tente se agarrar ao “poderia ser pior”. A fantasia é que a PEC dos Precatórios pelo menos estabeleceria

um “limite para o tamanho do dano”. Ledo engano, a “flexibilização” do teto é uma agenda em aberto. E a melhor prova disso são as alarmantes concessões que têm sido feitas pelo líder do governo e relator do projeto no Senado, em suas negociações na Casa. Só fazem aumentar o tamanho do dano.

Para atender pressões para que o Programa Auxílio Brasil passasse a ter caráter permanente, o relator se defrontava com um obstáculo, à primeira vista, intransponível, um pilar central da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): a exigência de especificação da fonte de financiamento para o aumento recorrente de despesas que seria gerado.

Mas a verdade é que já não há nada que possa ser considerado intransponível para o espírito que inspira a PEC dos Precatórios. Tudo é negociável. E o que, afinal, foi acertado é que a Proposta de Emenda Constitucional deverá incorporar uma exceção especial ao que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, para deixar que a especificação da fonte de financiamento de um Programa Auxílio Brasil de caráter permanente seja determinada no futuro.

A isso chegamos. E o pior é que os despautérios estão longe de estar circunscritos à condução da política fiscal. Basta ter em conta, como exemplo adicional, as ideias sem pé nem cabeça que vêm sendo brandidas – do Planalto ao Congresso – contra a preservação do alinhamento de preços internos de derivados de petróleo a preços internacionais. Um verdadeiro circo de horrores.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.